

## **1º Seminário Nacional sobre Atuação de Psicólogos(as) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Junho/ 2010)**

Boa noite a todas e a todos, aos que estão aqui presentes e aos quase oito mil pontos que nos assistem. É fantástico isso, esse poder de comunicação, não é? Esse poder de interação que nós temos hoje através desses recursos. O que nos permite multiplicar as reflexões e fazer essa coisa tão importante que é a busca dos consensos, dos consensos técnicos, dos consensos teóricos, dos consensos políticos para que nós possamos fazer avançar o processo. Eu queria agradecer o Conselho Federal de Psicologia, queria agradecer aqui o Ministério do Desenvolvimento Social, queria me declarar emocionado com esta oportunidade.

Para mim, que venho trabalhando na construção de um projeto ético-político para a profissão de psicólogo há tantos anos e que nesse Conselho Federal de Psicologia tive a honra de ser presidente, vice presidente, secretário, fui várias coisas aqui, sempre nesse ímpeto de construirmos um projeto da psicologia baseado no compromisso social. É de fato nesse momento que estou na academia, afastado dessas vidas aí, dos negócios da minha corporação, é um prazer muito grande poder voltar aqui ao Conselho Federal de Psicologia num evento que é quase comemorativo de um processo de construção.

[1:46](#) E o que me espanta muitas vezes é a velocidade desse processo de construção. Pouco mais de cinco anos nos separam da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social e de repente nós estamos aqui já com esses sistemas em implantação e nós temos esta oportunidade de tantos psicólogos, tantos colegas estarem vinculados a esse campo do exercício de uma política pública das mais fundamentais para o nosso país.

[2:23](#) Queria dizer que na verdade, hoje, o Conselho Federal de Psicologia vem construindo uma perspectiva de que o futuro dessa profissão passa pela capacidade dessa profissão dialogar com as necessidades da maior parte da população brasileira. E dialogar com a maior parte da população brasileira significa exatamente participar desses espaços de ampliação dos direitos, que são os espaços da universalização da cidadania no nosso país. E esse é o campo, portanto, das políticas públicas e não apenas neste campo da Assistência Social, mas o leque das atividades e dos exercícios profissionais dos psicólogos no campo

das mais diversas políticas públicas nesse país é algo efetivamente que merece ser comemorado.

[3:20](#) Todavia vou começar aqui, até porque acho que é importante, possivelmente dentre os que estão nos assistindo nesses quase oito mil pontos de internet, nós devemos ter muitos estudantes e eu acho um tema fundamental pra que a gente possa compreender exatamente os desafios que a psicologia experimenta nesse momento. Para poder estar fazendo jus a essa presença no âmbito dessa política de assistência social, nós precisamos refletir um pouco acerca da história da psicologia. Então vou gastar uns quinze minutos tentando refletir qual é a história da relação da psicologia com estas populações e com esses grupos chamados “excluídos”, com esses grupos marginalizados, colocados à margem.

[4:24](#) Então eu queria trazer para vocês uma percepção de que a história da relação, do processo de institucionalização de um saber que em 1962 houve de constituir-se como uma profissão (A Lei da profissão é de 1962, é uma profissão relativamente jovem) mas as relações com o conhecimento psicológico no Brasil são muito anteriores. E é importante perceber que não poderia ser diferente, a relação da psicologia com essas populações sempre esteve colocada numa perspectiva elitista, autoritária e preconceituosa. É preciso que a gente não tenha vergonha da história que nós temos, que conheçamos a história que nós temos para que possamos superar essa história e, efetivamente, se invocasse aqui a figura do Nina Rodrigues como um dos precursores de uma formulação de ideias psicológicas com o intuito de aplicá-las a análise dos eventos da sua época. Quais eram os eventos da época do Nina Rodrigues (eventos importantes)? Era o evento exatamente relativo à integração de uma população recém liberta da escravidão, era a integração do agrupamento dos africanos que foram trazidos para esse país, escravizados nesse processo colonial durante mais de trezentos anos.

[6:12](#) E Nina Rodrigues, um dos grandes cientistas da época, utilizando as ideias psicológicas que estava em voga na Europa e ideias de um certo cunho eugenista, um dos seus livros “As raças humanas” formula claramente de que os negros e seus descendentes constituem uma degeneração racial e que a degeneração racial era problemática para o desenvolvimento desse país. Nina Rodrigues chega a afirmar em “As raças humanas” que os negros são como um grupo étnico, como grupo cultural, civilizatório, que eles são inferiores, porque eles têm uma “competência cognitiva” inferior. E de onde ele deduz isso? Ele deduz isso

da religiosidade africana que é baseada no culto a entidades, que são também forças naturais, e o Nina deduz daí que, portanto, dentro de uma psicologia da época, esses grupos estariam num estágio primitivo, um estágio que é do animismo fetichista, feito que atribui alma as coisas. Dentro de um certo evolucionismo, esse seria um estágio primitivo.

[7:38](#) Portanto, esse grupo teria uma incompetência cognitiva para compreender a complexidade da lei. E assim sendo, talvez, o Nina não conclui dessa maneira explicitamente, mas ele sugere que talvez tenha sido um erro, não exatamente a abolição da escravatura, mas com a Proclamação da República estabelecer uma igualdade de cidadania desses grupos. Formulando claramente nesse livro, a partir de ideias psicológicas, a hipótese de que o Brasil devia ter dois padrões de cidadania: a cidadania para aqueles que estavam no patamar cognitivo de compreender a complexidade das leis e uma outra cidadania, mais rasa, rebaixada, menor, com códigos mais simplificados para esses grupos.

[8:34](#) Eu pego esse momento bastante significativo e originário, não tenho tempo para fazer com vocês uma trajetória, descrever uma trajetória tentando pontuar cada momento como os psicólogos, por exemplo, vão participar dos processos da tentativa civilizatória através da educação, no processo da escola nova, com o Estado Novo, com a ditadura de Vargas. Não vou poder falar com vocês, por exemplo, como no processo de industrialização do final dos anos cinquenta no pós-guerra, essa psicologia vai ser uma psicologia fundamentalmente industrial buscando selecionar entre essa massa de brasileiros, aí meio “negativado”, essa massa sempre percebida como indolente, ignorante, incompetente, de como a psicologia poderia ajudar que esta massa pudesse tirar “gente”, gente humana típica, gente parecida com as gentes da elite brasileira.

[9:47](#) É interessante porque esse processo histórico de alguma forma nos traz ao momento de institucionalização da psicologia, criação da lei em 1962 e logo depois, dois anos depois, nós temos uma ditadura militar que vai afastar completamente os psicólogos trazendo para dentro da psicologia desde uma perspectiva epistemológica da neutralidade científica (estúpida, obviamente) de que política e psicologia são dois assuntos que não se misturam; e de que a psicologia não deve se envolver com as dimensões da política.

[10:29](#) Vejam, no momento mais importante do desenvolvimento da profissão, da multiplicação das faculdades, dos cursos de psicologia, coincide com o processo

da repressão política, coincide com o processo do silenciamento das liberdades, coincide com o processo do impedimento de que as pessoas pudessem se reunir para refletir sobre a realidade que estava se construindo nesse país. E esse momento repressivo tem custos para toda sociedade brasileira e tem custos também para um certo processo, para incrementar um certo processo de alienação da psicologia frente às problemáticas sociais.

[11:15](#) Obviamente que toda hegemonia comporta contra-hegemonia, podemos lembrar de nomes que fizeram a diferença, que polemizaram, que criaram tentativa. A professora Silvia Lane, com a tentativa de introduzir no Brasil uma reflexão sobre uma Psicologia Social crítica. Quando eu falei do Nina Rodrigues, tem que lembrar necessariamente de uma rara exceção entre os psicólogos originários, os primeiros pioneiros que escreveram sobre a psicologia, que é o Manoel Bonfim, um homem também lúcido que tinha uma perspectiva, mas que foi contra-hegemônico. O Silvio Romero se encarregou de silenciar a voz e a potência que havia nos escritos do Manoel Bonfim naquele momento, fazendo prevalecer essa tradição que eu estou descrevendo pra vocês, uma tradição fundamentalmente elitista, autoritária, que percebe a questão da identidade nacional, que não é outra senão o grande fosso, o grande abismo existente entre os modelos de configuração do ser das elites e essa vasta massa bestializada, essa massa tratada sempre como aquela célebre frase “No Brasil, o problema social é caso de polícia”. Efetivamente essa negatização dessa plebe, da ralé brasileira.

[12:51](#) Então nós temos aí uma construção elitista, autoritária. Autoritária porque negativiza a vida própria e diz que aquilo que essas pessoas são, não serve; elas só vão passar a servir a hora que for depositado nelas uma diferença que as aproxima de certos modelos. A partir daí é que elas vão poder contar efetivamente como sujeito e cidadãos. Então nós tivemos a psicologia por volta dos anos setenta num grande “boom da psicologia” (tem que falar separado né?!) que é o momento de criação e difusão das ideias psicológicas na sociedade brasileira nos anos setenta. Nós vamos ter um modelo, que é o modelo do triunfo e hegemonia do “clinicalismo”, que é uma concepção de que fora da clínica não existia psicologia e de que ser psicólogo significava necessariamente ser psicoterapeuta. E nós temos toda uma formação e um mercado que se desenvolve como mercado liberal, onde efetivamente quem tinha acesso ao serviço dos psicólogos eram aqueles que dispunham de recursos para pagar os psicólogos para serem atendidos. E ser

atendido pelos psicólogos significava, na época, fundamentalmente, ser atendido numa das linhas psicoterapêuticas que a psicologia se desenvolveu.

[14:20](#) Estou falando isso no passado e muito dessas coisas ainda são pertinentes, ainda permanecem impactando aqui o nosso assunto, o nosso tema, acerca de como deve um psicólogo atuar num contexto como o da Assistência Social, muitos desses elementos ainda estão presentes. Bem, os psicólogos efetivamente nessa linha de buscar, que foi produzido historicamente numa condição alienada de que todos são psicoterapeutas, produziram uma equação que não fechava porque efetivamente as classes médias brasileiras sofreram uma profunda retração econômica nos anos setenta e oitenta. O poder aquisitivo, a própria mobilidade social, a ampliação da classe média sofreu uma forte constrição econômica nos anos setenta, oitenta (os anos do dito “milagre brasileiro”), a década perdida, chamada também nos anos oitenta, e efetivamente os psicólogos não paravam de se reproduzir aos milhares através da multiplicação dos cursos de psicologia. Logo, num dado momento, tem mais psicólogo do que cliente.

[15:35](#) Nós temos aí um problema para os psicólogos que ameaçava profundamente o próprio futuro dessa profissão, que efetivamente nós estamos na multiplicação de psicólogos mas não temos trabalho para todos os psicólogos (já que trabalho para psicólogos naquele momento está sendo compreendido como o exercício da psicoterapia). Este fato é um fato fundamental que vai ser associado ao momento histórico, porque o povo brasileiro estava empenhado em reconduzir este país à democracia e muitas lutas se estabeleceram em prol da construção dessa democracia e a construção dessa democracia veio efetivamente a partir de todas essas lutas populares, a partir da derrubada da ditadura militar, pela mobilização social no Brasil, nós tivemos a nossa Constituição de 1988.

[16:31](#) E a Constituição de 1988 ela significa uma constituição que, exatamente pelo protagonismo social da organização da sociedade na luta pela conquista da democracia, significa uma constituição “sui generis” dentro da história elitista e autoritária desse país. Eu sempre lembro isso porque a constituição muitas vezes está a ser colocada sob suspeição, que “ela é cumprida”, que “ela não é moderna”, que “na constituição do país tal tem tantos artigos, e aqui tem artigo demais”, “tem que tirar uns artigos”, “tem que enxugar a constituição”, de vez em quando falam que tem que fazer uma nova constituinte, rever a constituição e que “com essa constituição não dá” mas efetivamente essa constituição ela tem sinal (e

Ulysses Guimarães ao dizê-la “Constituição Cidadã”) efetivamente ela tem sinal da ampliação da cidadania e esse sinal inequívoco. E ela é que nos conduz, vinte e poucos anos depois a esse momento político que nós estamos vivendo agora, é esse momento político sobre todos os aspectos (inclusive a vitória do Brasil contra a Costa do Marfim ontem); esse momento de alegria, esse momento de poder atravessar uma crise econômica que assolou o mundo inteiro. E atravessar uma crise econômica baseada no consumo das classes E, D, que agora projetadas para C, D baseado nessas políticas sociais que esse país tem estabelecido, e de que nós passamos por uma crise e também porque temos o presidente corajoso que falou assim “Consumam, brasileiros! Consumam, que é uma marolinha!”. Grande comunicador. Economia é pouco número e muita psicologia.

[18:30](#) E isso nosso presidente sabe quando ele fala “Consumam, é uma marolinha”, ele faz uma grande comunicação social subjetiva de confiança, de crença e efetivamente nós podemos viver esse momento e atravessar essa crise econômica baseada nos efeitos das políticas sociais. Quem sustentou efetivamente o consumo foram as classes E e D, que puderam comprar e que esse país portanto não viveu a gravidade do desemprego.

[19:04](#) Então essa constituição significa ampliação de direitos. Óbvio que também os psicólogos, desde o início do fim dos anos setenta, através da organização da FENAPSI que teve aqui representada, através da organização da ABRAPSO que é uma importante instituição que vem fazendo uma reflexão crítica acerca da realidade social brasileira de que os psicólogos também participaram desse processo de conquista da cidadania, (ainda que através das suas lideranças, entidades e não de uma forma tão massiva) mas os psicólogos efetivamente participaram disso e eles, com a nova constituição, se viram numa nova realidade.

[19:45](#) Curiosamente, esses psicólogos, nós psicólogos, a nossa psicologia brasileira, tão elitista, os olhos tão voltados para as classes com poder econômico, essa psicologia pode encontrar uma perspectiva de desenvolvimento profissional exatamente através dessas populações, desses grupos colocados até então como grupos com problemas. É impressionante como talvez o principal obstáculo para nós que fomos à universidade, nós que somos de classe média, o principal obstáculo para que nós possamos nos posicionar tecnicamente, politicamente, no âmbito dessas políticas públicas é o conjunto pesado de preconceitos que nós carregamos nesse país que está institucionalizado em nossas subjetividades acerca

de quem são essas pessoas, as nossas ideias de quem são esses clientes da política social, considero um obstáculo epistemológico e político para que nós possamos ter práticas diferenciadas quando estamos nesse lugar.

[21:18](#) Mas mesmo com essas ideias preconceituosas, com essa formação problemática que não percebeu que algo havia mudado, que agora nesse momento havia uma migração para esses campos de atuação abertos através da luta do movimento nacional de meninas e meninos de rua, para incluir na Constituição as cláusulas acerca dos direitos da criança, que a criança é prioridade que deu base para o Estatuto da Criança e do Adolescente.

[21:51](#) Quantos psicólogos hoje tem emprego porque existe nesse país o Estatuto da Criança e do Adolescente? Uma nova área de atuação profissional. A institucionalização do SUS, “Saúde como um direito”, uma afirmação simples, disputada dentro da Constituição, que ao gerar no SUS nos projeta hoje com mais de dezesseis mil psicólogos atuando no Sistema único de Saúde. E poderia dar muitos exemplos, multiplicar aqui as áreas mais recentes onde os psicólogos têm sido demandados. Os companheiros do Recife, que estão lá vivendo em Alagoas, que estão vivendo uma tragédia ambiental, as cidades com muita chuva, muitos desabrigados, e hoje nós sabemos que existe uma política pública, que é a política da Defesa Civil Nacional, onde os psicólogos são requisitados, são chamados para participar dessa política.

[23:05](#) E podia dar, multiplicando para vocês, como no âmbito dessas políticas públicas, como no Ministério do Trabalho, hoje se cria uma consciência que o tema da assistência ao desemprego precisa melhorar do ponto de vista de seu componente psicossocial. Que o sujeito que está desempregado, mais do que receber apenas um seguro desemprego, ele precisa receber um suporte que o ajude a compreender a sua conjuntura pessoal, como uma conjuntura vinculado aos processos sociais e o atendimento psicossocial.

[23:42](#) E deixei para falar por último da política de atenção às pessoas que no nosso país estão colocadas nessa faixa de vulnerabilidade e pobreza, que é a faixa da assistência social. É fantástico vocês ouvirem o que os números da Ministra, nós temos aí um pouco mais de cinco anos a institucionalização dessas políticas, de torná-la uma política regulada através de um instrumento legal forte.

[24:16](#) E nós temos já praticamente oito mil psicólogos atuando, vai mais mil e seiscentos aí ... estamos falando de nove mil psicólogos trabalhando nas políticas



públicas. Então é bastante interessante essa história, por isso disse pra vocês que me sinto emocionado de estar aqui, porque eu estou preocupado com a história. É muito bom a gente perceber a história se transformando e que a gente está fazendo parte da transformação da história. Eu acredito que é isso que todos nós que estamos aqui presencialmente e os que estão nos assistindo, devem imbuir-se dessa percepção, de nós estarmos fazendo parte de um processo de transformação histórica formidável do ponto de vista da nossa profissão.

[25:07](#) Não há problema nenhum que uma categoria profissional queira ter emprego para trabalhar, afinal de contas é para isso que alguém vai à universidade, se prepara para poder trabalhar. A questão é de que nós temos algumas opções de direções para a ação política desses grupos profissionais, para produzirmos isso que é importante, que é a empregabilidade. Alguns apostam no recurso de tentar produzir vantagens através de lobbies legislativos, como por exemplo o caso do Ato Médico. Que acha que vai resolver o problema da empregabilidade fazendo um lobby, produzindo uma lei leonina, que retira dos outros e acumula sobre um determinado grupo profissional as prerrogativas, os direitos, as vantagens. Essa é uma forma corporativista de compreender a ação profissional, a ação coletiva de uma profissão.

[26:10](#) Outros, como os psicólogos e o Conselho de Serviço Social, tem apostado numa outra direção. Não há nenhuma contradição em que nós possamos ampliar as oportunidades de trabalho nos associando à luta pela ampliação da cidadania de todos os brasileiros, nos associando à luta pela promoção dos direitos de todos os brasileiros, nos associando à luta pela melhoria da vida dessa sociedade. Porque gente, se efetivamente nós não equacionarmos essa temática que é a temática da desigualdade social brasileira, não pode haver paz social, não pode haver conforto social. Não pode haver paz social e não pode haver conforto social numa sociedade onde alguns gozam desmesuradamente, gozam sem medidas, gozam tudo, gozam no consumo, gozam em todas as potências e em outro grupo fica condenado às migalhas de gozo, ou fica condenado a não gozar nunca, a não usufruir nunca, não poder nunca.

[27:33](#) Uma sociedade que tem essa ordem de contradição não pode se constituir como uma sociedade saudável, como uma sociedade feliz, como uma sociedade democrática, como a sociedade onde as pessoas se sintam todas orgulhosas da sua condição de cidadania. Então este talvez seja o ponto diferencial



entre uma atuação e uma perspectiva corporativista e uma atuação de uma ação profissional corporativa na luta pela ampliação da cidadania e dos direitos, pela construção de um melhor padrão civilizatório para as relações entre os diversos sujeitos, produzimos mais equitatividade do ponto de vista dos modos de ser sujeito na sociedade.

[28:30](#) Então vejam que interessante, nós somos remetidos à essa dimensão. A dimensão de participarmos disso. E muitas vezes o fazemos, temos participado disso sem oferecer a devida retribuição desta oportunidade. Não vou ser tão cáustico, como o Sérgio Bianchi no filme “Quanto vale ou é por quilo?”, beira a caricatura, mas nós sabemos que caricatura é pegar um traço, exagerar aquele traço que está presente, você exagera e o sujeito, pelo traço, reconhece o personagem.

[29:14](#) Então efetivamente nós precisamos perceber que essa mão precisa ser uma mão dupla, não pode ser uma mão “venha a nós, o vosso reino”, nada; Não podemos comemorar os psicólogos, os assistentes sociais, advogados, pedagogos e quem mais trabalhe com essas políticas; Não podemos comemorar que as políticas sociais estão se ampliando e, graças a Deus, nós podemos ter um emprego. Empregos problemáticos - isso deixo por último. Problemáticos do ponto de vista da remuneração, problemáticos do ponto de vista da estabilidade, problemáticos do ponto de vista das condições trabalho. Não está fácil a vida, estou falando para os oito mil que estão nos ouvindo, muitas pessoas têm de dialogar com a realidade, não é fácil. Ninguém está dizendo que é simples e que é fácil, estamos dizendo que efetivamente representa uma potencialidade importante de empregabilidade profissional e que as categorias profissionais tem que fazer jus aos desafios que são colocados, e ninguém vai fazer isso individualmente (fiquem tranquilos). Os processos são sempre coletivos. Não é para cada um ser herói, o protagonista, individual; que a gente possa construir coletivamente essas compreensões e que nós possamos estar à altura.

[30:47](#) Eu tenho conversado com muitas pessoas que atuam em CRAS. Na Universidade Federal da Bahia formo pessoas e estou em contato com a Secretaria de Assistência Social e temos feito diálogos, inclusive hoje o meu Instituto trabalha em colaboração para o processo de educação permanente dos trabalhadores dos CRAS, então tenho tido a oportunidade através do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, do Conselho Federal de Psicologia. Na época

era coordenado por mim, no primeiro documento que nós lançamos, que é o documento de Referências Técnicas para Atuação dos Psicólogos no SUAS, CRAS.

[31:33](#) E é interessante que nós fizemos isso juntamente com o Conselho Federal de Serviço Social, fizemos um trabalho exatamente de explicitação. Nessas conversas a gente percebe que nossa atuação profissional nesses lugares ainda está deixando muito a desejar - isso eu falo no terceiro ponto. Nós temos muitas dificuldades ainda do ponto de vista do nosso desempenho. Nós temos serviços onde as pessoas estão criando, estão inventando, estão produzindo coisas interessantes, mas nós temos muitos relatos onde a improvisação tem sido uma improvisação medíocre. Há uma diferença entre invenção e improvisação. Invenção é a capacidade de perceber os recursos, analisar as contingências e criar soluções e possibilidades. Improvisar significa “dar um jeitinho”, lá na Bahia se fala “fazer um armengue”, fazer uma coisa mal arrumada, fazer um “faz de conta”.

[32:50](#) Então nesse momento considero que esse seminário é fundamental para que nós possamos aproveitar todas as mesas porque nós temos que discutir. Não podemos aceitar o “faz de conta” como o padrão de atuação profissional. E aí, eu acho que o Conselho está mais do que adequado de, junto com o Ministério, estar aqui promovendo esse momento, que eu quero crer que é um disparador de muitos processos que tem que acontecer nos municípios, nos estados, de reposicionamento das práticas que estão sendo desenvolvidas no interior do CRAS e serviços especializados.

[33:35](#) Então queria dizer assim: legal, chegamos até aqui e estamos mandando bem do ponto de vista de implantação da política, diria dois mandatos governamentais, a face da política de atenção aos mais frágeis e vulneráveis apresentou no Brasil completamente diferente. Considero que o debate que está acontecendo hoje no parlamento acerca da produção da consolidação das leis da assistência social, serão aspectos mais importantes com o mesmo sentido histórico que teve a consolidação das leis do trabalho, CLT (Getúlio Vargas, por incrível que pareça).

[34:17](#) Getúlio Vargas, e aqui sem defender a ditadura Vargas, mas Getúlio Vargas ao cunhar a expressão “povo trabalhador” foi o primeiro integrante das elites (e a gente sabe por que ele fez isso) foi o primeiro a dar qualificativo positivo à ralé brasileira, que passou a ser considerada classe trabalhadora ou povo

trabalhador. E não é por acaso que durante muitos anos a diferença entre vadiagem e cidadania era ter a posse da carteira de trabalho que tinha que ser apresentada com um documento hábil para qualificar o sujeito como um trabalhador na sociedade brasileira.

[35:05](#) Então queria dizer pra vocês que nós avançamos. O momento é importante, a oportunidade é riquíssima, mas que nós estamos muito deficientes sobre vários aspectos. Então vou passar para o segundo ponto e agora tem que andar um pouco mais rápido, mas o segundo ponto que queria trazer à reflexão de vocês é que absolutamente não é uma prerrogativa dos psicólogos, até diferentemente das nossas colegas assistentes sociais, não é uma prerrogativa uma certa atitude alienada em relação à questão da desigualdade social brasileira.

[35:51](#) Eu diria que a alienação (e eu vou explicar o que estou chamando de alienação) em torno do tema da desigualdade social brasileira é um componente fundamental para a manutenção e a reprodução da desigualdade social brasileira. Eu estou querendo dizer para vocês que para uma sociedade funcionar, aquilo que os integrantes da sociedade pensam acerca das coisas que acontecem na sociedade é um componente fundamental para que a sociedade seja essa e não seja outra qualquer diferente dessa.

[36:32](#) Estou querendo dizer para vocês que o conjunto dos nossos pensamentos comuns, o nosso senso comum acerca de quem são, como se produzem, porque se produzem, o que quer dizer a existência de pessoas miseráveis e frágeis, esse senso comum está marcado por um absoluto preconceito no sentido mais rigoroso da palavra; uma ideia que não tem a ver com a coisa. E este preconceito atravessa os brasileiros desde o mais alto da pirâmide até o lugar da ralé mais ralé.

[37:21](#) Estou querendo dizer que no Brasil existem formas de pensar a existência dos pobres, dos miseráveis, que atribui, por exemplo uma questão de natureza econômica. “Por que as pessoas são pobres?” “São pobres porque não têm dinheiro”, “E por que elas não têm dinheiro?” “Porque elas são pobres!”. Há um pensamento economicista que acha que o problema das nossas populações é a falta de dinheiro, que elas são pobres porque elas não tem dinheiro. Nós temos que tomar cuidado com esse viés economicista porque ele pode se fazer presente dentro da política de assistência social.

[38:08](#) Qual é essa ideia? Quando eu der dinheiro pras pessoas, quando as pessoas tiverem dinheiro ... Os liberais dizem assim: “nós vamos fazer a economia crescer, vai gerar novas oportunidades de emprego, essas pessoas vão arranjar emprego e elas vão ser diferentes, elas vão mudar, vão passar a ser outra coisa; E quanto mais elas ganharem dinheiro, mais elas vão ser outra coisa”. Essa é uma ideia que possivelmente vocês vão concordar, vão até estranhar que eu esteja aqui colocando em questão essa ideia.

[38:48](#) Uma das ideias fundamentais do capitalismo é que ao colocar claramente a exploração econômica como um critério social, ela faz dentro da revolução burguesa exatamente uma exigência do ponto de vista de uma ordem de igualdade jurídica da cidadania. É porque o capitalismo é um sistema onde a exploração é disfarçada, o combinado do capitalismo em relação ao regime que antecedeu (o feudal) é o seguinte: você compra a minha força de trabalho, mas você não tem direito de me humilhar, porque sou cidadão, eu sou igual. O outro comprava o trabalho e poderia humilhar, tinha o domínio sobre o ser do sujeito.

[39:46](#) O capitalismo combinou que você é livre para vender a sua força de trabalho e ser explorado por qualquer capitalista, mas vai ser explorado de qualquer forma. Contraparte disso, a construção ideológica da igualdade que gerou, por exemplo, na Europa, a reforma agrária na revolução burguesa (1890... 1850, nos mais tardios, Itália...). Reforma agrária que nesse país é uma questão de vida ou de morte, é uma questão de assassinato, reforma agrária faz parte do pacto mínimo do estado de igualdade jurídica burguês.

[40:42](#) Essa ideia de igualdade é o que permite que na Europa, por exemplo, os operários europeus tenham avançado do ponto de vista das suas lutas políticas à um estado de bem estar social de supressão da miséria (agora ela retorna, como o retorno dos recalcados, através dos imigrantes). Mas esse é o combinado do capitalismo.

[41:07](#) Um brasileiro, pedreiro - está mudando também, vi estatísticas o patamar de ser pedreiro no Brasil, mas ainda vou usar esse exemplo: Um pedreiro no Brasil possivelmente é pedreiro a vida inteira e nunca consegue sair da ralé, do ponto de vista da sua inserção de classe social. Ele se reproduz como pedreiro, entra fichado como pedreiro e se aposenta como um pedreiro, mas o padrão da sua vida não muda significativamente. Ele não tem uma ascensão social do ponto de vista do seu acesso ao patamar da dignidade igual ao consumo, porque dignidade

tem a parte moral e parte material, que é a parte do consumo, da competência para consumir dentro do capitalismo.

[42:07](#) É interessante que esse mesmo pedreiro de Governador Valadares, vai lá pros Estados Unidos e lá, em quinze anos de trabalho, adquire um patrimônio que o coloca num patamar de classe média brasileira. É curioso! O que tem lá nos Estados Unidos que não tem aqui?

[42:33](#) O Brasil era a octogésima economia lá pelos idos de 30, é a oitava economia e se projeta como a quinta economia. E o curioso desse país é que apesar da economia crescer, há algo que mantém a reprodução e um grupo social imenso na condição de ralé social, esse é o mistério do capitalismo brasileiro. Como é que nós podemos ter relações capitalistas, onde o processo chamado de redistribuição de renda, o processo de distribuição não acontece? Ele não acontece porque nesse país nós temos construído a ideia de que existe gente de duas qualidades. A ideia do Nina Rodrigues prevalece nesse país.

[43:27](#) Por que a escola pública primária é ruim? Porque ela é uma escola para pobres! Não é porque o dinheiro não chega à escola, é porque ela é pra pobre. Não tem jeito dela ser para pobre e ser boa. Por que o SUS tem tanto problema? Porque ele é um Sistema Único de Saúde para pobre, para quem não tem plano de saúde. Vejam, é interessante, porque aí nós vamos compreender que não é porque falta dinheiro na escola que ela não é boa; é porque efetivamente existe uma ordem de consenso social (é isso que eu tava chamando de alienação), de que existem dois tipos de humano nesse país, dois tipos de cidadania.

[44:20](#) Nós temos um tipo de cidadania, que é a cidadania da qual nós fazemos parte, uma cidadania que se revela na nossa mídia (poderia ficar aqui dando exemplo pra vocês, mas não temos tempo). A nossa mídia, toda vez que alguém do nosso grupo social é assassinado brutalmente, a nossa mídia gasta horas e horas falando sobre isso, vira um caso: “Cadê a advogada de São Paulo? A advogada sumiu!”, vira um caso, são crimes que viram crimes interessantíssimos. E qual é a fala dos apresentadores sempre? Era uma pessoa com tantas potencialidades, era uma pessoa que ia acontecer tantas coisas boas na vida dela, uma pessoa com futuro, é uma que não é do tipo que era pra acontecer essas coisas.

[45:22](#) Quando esses mesmos fatos se reproduzem cotidianamente aos milhares, e nem sequer ganham notícia, nem lugar e pauta no noticiário. Por quê?

Porque quando gente pobre morre nesse país faz parte de um certo script de que eles se matem entre si, inclusive. O tema da nossa juventude, falando em vulnerabilidade social, o tema candente hoje que os CRAS estão encontrando para poder lidar todos os dias, que é a questão da violência, a questão da droga, do crack, a questão da guerra que mata.

[46:03](#) Mulheres brasileiras (para desespero de vocês) aprofunda aquela diferença (a genética diz que vão nascer uns homens a mais) no Brasil, esses homens a mais que nascem já estão minoritários, ou seja, vai faltar homem no Brasil, está faltando homem no Brasil. Do ponto de que a juventude que é assassinada, o índice de mortes por mortes violentas é todo nessa faixa etária, negro, pobre, mora na periferia e essa gente é que está morrendo aos montes. E isso não vira notícia nos jornais. Não vou me estender mais, vou deixar aqui de provocação para vocês.

[46:45](#) Estou dizendo para vocês que a perspectiva economicista que entende que a desigualdade social no Brasil é um problema econômico, ela está deixando de perceber que existem construções valorativas que instruem a subjetividade de dominantes e dominados, tornando natural a existência de uma cidadania de segunda classe, de segunda categoria. Quando eu falei aqui do Sérgio Bianchi, do “Quanto vale ou é por quilo?” é exatamente porque ele faz a provocação nesse sentido. Nós temos que tomar cuidado para que a política de assistência social não seja uma política para os pobres, mas para todos aqueles brasileiros que por ventura tem uma hipossuficiência, tem uma falta de condições de garantir a si mesmo.

[47:45](#) Eu digo, esta é a vanguarda do bem estar social. O bem estar social aqui vai começar na ponta de baixo, pra ponta de cima. Para que todos os brasileiros possam ter um dia de direito à dignidade mesmo a condição hipossuficiente, nós vamos construir, isso é de baixo pra cima, garantindo que hoje nós precisamos fazer uma revolução do ponto de vista do nosso pensamento crítico acerca de “com o quê que nós estamos mexendo?”.

[48:20](#) (A Ministra trouxe aqui) Nós temos que nos declarar ignorantes e incompetentes, nós temos que admitir que as nossas universidades não nos prepararam, não nos ensinaram, que as nossas ferramentas técnicas são insuficientes pra gente entender o que está acontecendo, como a vida destas pessoas é vivida, quais são as estratégias através dessas pessoas. Só assim nós

vamos poder ter uma atitude respeitosa com o campo, nós vamos poder estar presentes nesse campo de uma forma respeitosa.

[49:00](#) Estou querendo dizer que a maior parte das nossas ideias, elas atrapalham o nosso serviço na hora que a gente está na prática. Os nossos preconceitos, sejam eles preconceitos acadêmicos... Não estou propondo aqui “terra arrasada, derrubem todo o conhecimento, anulem tudo o que foi dito!”. Estou dizendo que nós brasileiros, como um peixinho dentro do aquário, temos uma limitação perceptiva acerca do próprio fenômeno que efetivamente nós lidamos, que é o fenômeno da reprodução da ralé, da reprodução da pobreza. Não tem lógica dentro do capitalismo que isso seja assim, estou reivindicando que o capitalismo seja capitalismo, que o capitalismo funcione ao modo capitalista, que o capitalismo no Brasil funcione ao modo do capitalismo, porque o que nós temos aqui é uma versão.

[50:04](#) O Jessé Souza fala que é uma versão seletiva da modernização social, que pinça os pontos mais interessantes do ponto de vista da produção, da acumulação, e despreza o pacote da modernidade na sua totalidade, despreza a dimensão da dignidade como um componente fundamental. Faz de conta que no Brasil só existe pobre: “Por que existe pobre no Brasil?”, “A culpa é de quem?” “É dos pobres que cismam e teimam em se reproduzir”. Em última instância, esse pensamento nos leva a essa ideia: de que o problema da pobreza no Brasil é que são esses “tipos” que teimam e cismam em se reproduzir.

[50:58](#) E isso está presente, podia trazer dez discursos diferentes de parlamentares que estão dentro de uma perspectiva muito parecida com aquele eugenismo que eu falei lá atrás, numa reedição dos conceitos eugênicos, dentro da ideia de controle de natalidade, dentro da ideia de que é preciso diminuir, controlar e estabelecer regras.

[51:21](#) Eu diria pra vocês que nós temos que tomar cuidado, porque o componente eugenista é muito mais poderoso no senso comum brasileiro do que nós imaginamos, essa ideia de que os pobres são responsáveis pela sua pobreza.

Já caminhando para o terceiro ponto, o que esta ideia nos traz efetivamente, nos leva, do ponto de vista da atuação dos psicólogos? O que eu estou tentando dizer pra vocês é que existe uma dimensão subjetiva que precisa ser apreciada, e por dimensão subjetiva eu não estou falando aqui de uma história edípica, de “mamãe, de papai, me ama, não me ama, como é que foi, quem sou eu, minha



identidade”; Estou falando de dimensão subjetiva porque estou falando de uma dimensão valorativa, de uma dimensão afetiva, de uma dimensão, por exemplo, que localiza, num rápido olhar numa cena social qualquer, quais são os sujeitos aos quais eu devo deferência, os sujeitos apazíveis e quais os sujeitos que eu não preciso ligar muito, porque são subalternos.

[52:38](#) Nós temos dois colegas, o José Moura Gonçalves, da USP, que faz um belo trabalho sobre a humilhação social como um desafio ético político para a psicologia, o texto chama assim mesmo: “A humilhação social como desafio ético político para a psicologia”, que pode ser encontrado na internet, na revista da USP; E o Costa, que foi orientando dele, que escreveu um belíssimo livro sobre as invisibilidades sociais: “Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social”. Esses dois colegas, eles estão revelando para nós (são psicólogos sociais. Vejam, é disso que eu estou querendo dizer a vocês. É preciso trazer uma perspectiva que ao investigar esse problema nos ilumine com novos olhares, que nos ajude a nos posicionar do ponto de vista dos operadores dessas políticas com os nossos próprios preconceitos) e esses dois colegas fazem isso, onde evidenciam exatamente essa dimensão do ser invisível. O Costa trabalha o como aqueles “serviçais”, aqueles que executam as tarefas de sustentação da vida, cozinham, lavam, limpam os banheiros, de “como” esses sujeitos.

[53:55](#) Eu conheço muito brasileiro com curso superior que topou ir lá para os Estados Unidos “fazer a América”, lavando banheiro de gringo, mas que aqui no Brasil jamais limpavam nem o banheiro da sua própria casa. Por quê? Porque é funcional ter uma ralé que possa se ocupar dessas coisas. Eu estou querendo falar pra vocês que nós temos que desconfiar (eu desconfio, espero que vocês também desconfiem) da nossa boa intenção em relação a essa gente. Porque existe contraditoriamente uma dimensão de aproveitamento, a sociedade brasileira é funcional com a ralé, a ralé resolve um tanto de problema, por isso ela não acaba, porque efetivamente ela é útil para a manutenção do cotidiano da existência. Não estou fazendo aqui filosofia sociológica, tem um filme muito legal que se chama “Um dia sem mexicanos”, eu podia trazer para o Brasil, é um dia que os Estados Unidos acordam na sociedade norte americana e não tem mais nenhum mexicano no país. E vira um caos. Exatamente discutindo a invisibilidade dos mexicanos, e aí falando dos latinos, mas como protagonistas do engendramento da vida cotidiana da sociedade norte americana.

[55:15](#) E nós podemos pensar no Brasil também “Um dia sem ralé”, para dizer da funcionalidade desses grupos, para dizer que esses grupos são operativos nos interesses. Não é lado burguês do capitalista, do deputado preconceituoso, do senador. Eu estou dizendo que ele opera no cotidiano, produzindo um fosso abissal entre a percepção da natureza de humano que eu sou. Eu que fui estabelecido como humano, um ethos de classe média. “Como é que se produzem humanos?”. Nos ethos concretos da vida.

[55:56](#) Então, muitas vezes, nós queremos supor que esse sujeitos que são desses grupos sociais, são dotados dos mesmos dispositivos emocionais, não estou falando intelectuais porque intelectuais é claro que não, porque a escola é totalmente outra escola, mas que eles são dotados dos mesmos dispositivos emocionais, que é aquele “treino de toilet” típico que a classe média estabelece, aquele treino para sentar à mesa (não fale de boca cheia, menino!).

[56:25](#) Enfim, são lugares de construção de um padrão de humanidade. E muitas vezes, quando a gente vai encontrar com esses grupos, eles têm outra construção, uma construção precária (não estou querendo negativizar). Precária do ponto de vista de que a relação radical com a necessidade estabelece padrões relacionais e de condutas que muitas vezes tornam esse sujeito, que coloca o preço de desafios do seu desenvolvimento moral e desafios do seu desenvolvimento emocional que são completamente diferentes daqueles que o Piaget descreveu lá na Suíça.

[57:05](#) E nós, psicólogos, não queremos trazer o Piaget lá da Suíça para poder entender os processos de desenvolvimento das nossas crianças. Nesses espaços onde a solidariedade afetiva, eu não estou querendo que na classe média não tenha monstruosidade do ponto de vista de desencontro afetivo; estou querendo dizer de padrões de massa, padrões de formatação de gente aos montes, estou querendo dizer que há uma diferença dos padrões.

[57:38](#) E é interessante porque enquanto os pobres toparam ser “pobres honestos e limpinhos”, a sociedade brasileira era calma e tranquila com a sua existência, admitia que sua existência é algo quase que natural. Agora, desistiram parece (os do morro do Rio de Janeiro, com certeza) de serem “pobres honestos e limpinhos”. Porque ser pobre “honesto e limpinho” é uma destinação colocada, encucada desde as classes médias para essas populações, que as mantinham e as mantêm permanentemente.

[58:19](#) Quantas histórias nós não temos de avós que foram empregadas domésticas, que as filhas foram empregadas domésticas e as filhas são empregadas domésticas? E todo mundo ri, fala “aqui a gente se ama muito e ela é uma pessoa quase da família”. Mas o quarto é 2x2.

[58:36](#) Eu estou querendo dizer pra vocês que nós temos que pensar nas características do nosso cotidiano, do que nos constitui do ponto de vista da subjetivo enquanto classe social. Nós não podemos aceitar a despolitização de que “eu sou um técnico psicólogo”, “eu sou uma técnica assistente social”, sem refletir sobre qual é a minha estruturação como sujeito no mundo, do ponto de vista de uma classe social. E a negativa desses aspectos, não basta como Barão de Münchhausen, que pulou com cavalo no lodo e aí ele pegou e puxou pelo cabelo, assim tirou a si próprio e o cavalo. Não dá pra gente achar que com o preconceito a gente lida assim, que a gente pega pelo cabelo e vai se retirar do preconceito. Isso a gente só faz num processo de autocrítica, com o coletivo dentro das equipes de trabalho, isso a gente só faz se a gente tiver noção de que nós temos que fazer isso, de que as nossas percepções, as nossas ideias podem estar completamente equivocadas sobre quem são esses sujeitos, o que os produz, e porque eles estão nesta condição. Nós precisamos fazer uma profunda revisão não apenas do ponto de vista teórico geral, mas do ponto de vista das nossas subjetividades.

[60:00](#) E eu nem vou falar, mas vou falar um pouquinho, de psicólogos que estão trabalhando no CRAS, numa cidade no interior, que vão dois dias e meio e cumprem a carga horária e voltam para a capital onde moram. Esse é o terceiro ponto, acho que a gente tem que entrar nisso. Como é que alguém pode construir uma relação com um grupo social que ele já não sabe nada sobre ele, na ausência, fora da frequência cotidiana, à distância? Como é que alguém pode construir uma relação com um grupo que ele não tem repertório? Estou dizendo pra vocês, a minha proposição em relação a esse tema é que a gente reconheça que os nossos repertórios são viciados e que nós precisamos achar outros repertórios interpretativos. E vou dizer agora como professor universitário, doutor, para dar um pouco de autoridade: os repertórios que a universidade oferece aos psicólogos não os prepara para atuar nos Centros de Atenção Psicossocial do SUS, da reforma psiquiátrica, não os prepara para atuar nos Centros de Referência a Assistência Social.

[61:37](#) Então o que está acontecendo? Vamos passar para o terceiro ponto e já ir concluindo. O que está acontecendo então? Esses momentos não devem ser momentos que nós devemos temer. Eu sempre digo que nós psicólogos podemos ser equivocados, mas nós não somos estúpidos. E foi assim também, porque na Reforma Psiquiátrica, quando nos contrataram em 1985, 1986 não era pra fazer Reforma Psiquiátrica. Você trabalhava atenção básica, fazendo lá uma triagem para as pessoas não serem internadas. E aí a gente foi fazer isso, e a gente fez muita bobagem, fez coisas que não deveria e todo mundo montou um consultório de psicanálise lá dentro da policlínica do SUDS, das ações integradas de saúde. E discutia se poderia fazer grupo, se não poderia, se afinal de contas grupo não era uma desqualificação do processo psicoterapêutico, porque afinal de contas todos eram psicoterapeutas que foram trabalhar na saúde pública e transpusemos o modelo. Isso já aconteceu na história, não é novidade, aconteceu assim com o SUS, fomos transpostos, do modelo de atendimento em um consultório liberal e fomos para dentro das policlínicas e fizemos a mesma coisa.

[62:52](#) Logo tinha agenda cheia, filas de gente para atender, processos de psicoterapia de três, quatro, cinco anos de duração. Atendíamos preferencialmente os neuróticos que faziam demanda de psicoterapia, os psicóticos passavam longe e acabavam sendo internados no hospício. E assim entramos, mas foi a primeira vez, a primeira política de ingresso massivo de psicólogos dentro de uma política pública por concurso. E esse coletivo que ingressou, ele fez a diferença.

[63:27](#) Quando foi lá em 1987, nós estávamos inventando a Luta Antimanicomial. Em 1989 nós inventamos o CAPS, lá na intervenção do Anchieta em Santos; e o CAPS virou modelo de intervenção substitutiva em relação ao hospital psiquiátrico. E nós construímos uma noção de clínica ampliada.

[63:52](#) Eu estou querendo dizer pra vocês que nós não temos que nos assustar com esse momento. Digamos que o SUAS está um pouco mais acelerado no processo de chamar muita gente, mas nós precisamos transformar a quantidade em qualidade. É o nosso desafio agora: transformar essa quantidade de experiência, essa quantidade de encontros humanos no cotidiano, abaixar um pouco esse nível de ansiedade que nos toma, esse sentimento de incompetência que é natural também (estou falando para os estudantes, para os profissionais recém ingressos) esse sentimento de que “eu estou mais perdido do que cachorro dia de mudança”, “não sei o que fazer aqui”, “qual o modelo da atuação?”, “não tem

um antes?”, “nós vamos ter que criar, que inventar, nós vamos ter que modelar a forma de atuar nesses lugares?”.

[64:42](#) Então nós precisamos diminuir essa ansiedade e realizar o processo crítico de investigação do cotidiano. Vejam, são oito mil caras, psicólogos, são oito mil assistentes sociais, já são dezesseis mil, já dá um bom bate-bola, grande parte é recém formado, porque o salário é problemático, salário é baixo, estão pagando pouco, acaba recrutando mais entre os recém formados que saem de um ethos, que saem de uma vivência universitária, com os problemas que nós conhecemos do ponto de vista das concepções individualizantes, das concepções que fragmentam o sujeito, das concepções desenvolvimentistas, “etapistas”, isso é a bagagem.

[65:38](#) Mas que principalmente são mulheres jovens que estão lançadas num desafio de convivência cotidiana com uma dimensão da realidade social; em relação até o dia de ontem, antes de entrar pro CRAS, ela passava naquele lugar, e aquele bairro era uma paisagem e naquela paisagem ela só conseguia pensar na hora que passava, assim: “aqui eu tenho que passar depressa porque é muito perigoso”, e aí de repente esse lugar que tinha esta figuração imagética, esse sentido afetivo dentro da cidade por aquela mulher jovem psicóloga, no dia seguinte vira o lugar onde ela tem de trabalhar.

[66:27](#) Então, vejam, nós estamos falando de muitas contradições. Estamos falando de um momento que insisto com vocês, de que é preciso diminuir a ansiedade e aproveitar. Nós estamos falando de oito mil pessoas que encontram cotidianamente, quanta coisa esses encontros vão produzindo como informação. Queria ter eu um chip para conectar em cada uma dessas pessoas e conectar no meu computador e receber esses dados afetivos, emocionais, essas construções que estão se fazendo pra gente poder ir produzindo sínteses desse processo.

[67:09](#) O saber que nós precisamos para operar nesse lugar, parte dele, nós vamos adquirir nas áreas fronteiriças. Na sociologia da desigualdade social brasileira, queria citar aqui uma pessoa com quem tenho trabalhado, Jessé Souza, que tem escrito um livro que gostaria de divulgar aqui: “A ralé brasileira, quem é e como vive”. O Jessé tem feito um trabalho de investigação, um livro anterior “A invisibilidade da desigualdade social brasileira”, e é interessante porque dentro da sociologia, o trabalho que ele faz é “quebrar o pau” com os sociólogos tradicionais.

[67:50](#) Então nós temos uma identidade, nós temos um problema, nós estamos aqui fazendo um processo de debate acerca do que a psicologia tradicional tem oferecido com recurso, como instrumento, como ferramenta pra gente operar. E eu estou dizendo que o recurso não é só sair da psicologia, mas é também dentro psicologia. Citei aqui hoje o nosso José Gonçalves Moura Filho, citei o nosso Costa, como exemplo, a Bader Sawaia e tantos outros psicólogos sociais.

[68:24](#) É interessante gente, eu fui no último congresso da ABRAPSO, perceber o quanto a palavra desigualdade social e exclusão social começa a se fazer presente nas pesquisas da universidade. (Pra gente não ficar com esse negócio de que está tudo ruim e vai ficar ruim!). É preciso associar esse movimento, que é um movimento de investigação e o movimento da prática.

[68:49](#) E aí eu queria dizer que de fato os trabalhadores não são recursos humanos, porque eles não são insumos. Os trabalhadores são sujeitos políticos e precisam se assumir nessa condição de sujeitos políticos, sujeitos que também tem ideologias, que também tem vontade política, que também tem compromisso político, porque é nessa condição de sujeitos políticos que nós estamos sendo solicitados para operarmos nesse sistema.

[69:24](#) E por último eu queria dizer para vocês que nós temos um desafio grande, que é um desafio de natureza epistemológica, o tipo de conhecimento que tradicionalmente o campo psicológico valoriza (não que só produza esse, mas que valoriza) é geralmente um tipo de conhecimento com as tecnologias da personalidade. E muitas vezes, socialmente, nós somos também solicitados para esse desempenho. As pessoas têm uma expectativa de que nós manejemos tecnologias das personalidades. Estou chamando tecnologia das personalidades todas aquelas perspectivas de atuação psicológica que tomam a dimensão do indivíduo com uma dimensão distinta, separada, apartada da dimensão coletiva e social, que por exemplo percebe um indivíduo como um sujeito de uma autonomia, de uma auto capacidade de se determinar, que aposta muito na “força interior”, que acha que as pessoas podem superar se tiverem muita “força de vontade”. Essa é uma perspectiva social, uma perspectiva da sociedade, de um olhar social, não da Psicologia Social, que muitos psicólogos assumem e que também a comunidade espera de nós.

[71:04](#) A comunidade espera que nós tenhamos tecnologias manipulatórias da personalidade, que a personalidade entra assim meio esquisita e que nós damos

uma “arrumação” para essa personalidade. Arrumadores do self, do ego, interior, da cabeça, dos afetos, do corpo. Então há diversas versões, há uma “deposição” em torno do indivíduo e isso eu considero, que isso é da psicologia, da matriz, é uma corrente fortíssima, é uma dimensão fortíssima, mas existe outra dimensão que busca superar através de uma Teoria da Ação Social essa dicotomia indivíduo - sociedade.

[71:52](#) Eu acho que a clínica ampliada do CAPS segue aí pra nós como certo horizonte. Tem que dar uma escuta para a fala singular e para os afetos particulares que aquele sujeito constrói, só assim eu vou saber dele alguma coisa, mas eu não posso achar que é trabalhando no nível da representação simbólica da fala que ele me traz, apenas, que eu vou conseguir produzir efeitos do ponto de vista das transformações. Porque antes de chamar o paranoico de paranoico, é preciso ver se não tem um jacaré debaixo da cama, porque às vezes tem jacarés fortíssimos debaixo das camas das pessoas e a gente fica achando que é só pura paranoia. Precisa dar uma conferida nessas dimensões que articulam a subjetividade, nós temos esse viés.

[72:51](#) Eu li um artigo certa vez, porque uma aluna me trouxe exatamente porque sabe que eu gosto de criticar essas coisas, o artigo dizia da escolha da profissão de faxineira como um aspecto psicológico que tinha uma contraface com a produção sintomatológica de asma, porque aí ela mexia com poeira, estava sempre num meio empoeirado, como se fosse uma espécie de uma armação inconsciente dela, quer dizer, tem coisas desse tipo na Psicologia.

[73:19](#) O Drummond, nosso colega coordenador da Saúde do Trabalhador de São Paulo, fala assim : “Vocês, quando estão atendendo dentro de um CAPS, ou você psicólogo, quando chega alguém no seu consultório raramente, você pergunta: em que você trabalha? Como que é seu chefe? Como que é seu cotidiano de trabalho?”. Mas pergunta assim “quem te ama? quem que não te ama? como se dá nas relações, quais são os seus afetos?”. Então nós não podemos perder essa dimensão de uma certa objetividade, que se articula com a produção da subjetividade e que retroalimenta as objetividades. Quero dizer assim que esse caminho, essa fronteira, eu considero que seria o desafio epistemológico.

[74:01](#) Com o tipo de teorização individualista no CRAS, nós só vamos produzir psicólogos, lamentavelmente, querendo ter sala para marcar consulta para fazer psicoterapia. Aliás, queria deixar uma sugestão ao Ministério e ao Conselho



Federal de Psicologia, que baixasse uma resolução proibindo aos psicólogos contratados para trabalhar no CRAS de que eles exerçam atividades de natureza psicoterapêutica no âmbito das linhas terapêuticas tradicionais, individuais, etc.

[74:44](#) É preciso dizer claramente: não é para fazer! Tem demanda? Encaminha para o SUS. E encaminhe bem, leve na mão, para garantir que o SUS vai realmente receber. Não é “encaminhe” no sentido de empurra, “empurroterapia”, não é comigo, passe para frente!

[75:10](#) Vão me dizer, psicólogos do interior vão me dizer assim “Cara, eu sou o único! Eu chuto a bola e agarro no gol ao mesmo tempo!”. Mas eu estou dizendo da generalização dessa perspectiva, quando as pessoas sem saber exatamente o que elas devem fazer, o que elas podem fazer, como fazer, diante da sua ansiedade imensa pra fazer alguma coisa (pois elas estão recebendo dinheiro) e elas estão se sentindo incompetentes para aquele exercício, elas resolvem fazer qualquer coisa. E o qualquer coisa é aquilo que elas já sabem fazer.

[75:52](#) E aí, há um desvio forte, esse é um dos problemas que falei que iria comentar no final. Muito psicólogo que não sabe o que fazer. Eu sempre conto a piada de um sujeito que procura alguma coisa debaixo de um poste a noite, visivelmente embriagado e um assistente que percebe depois de uma meia hora, que vê o cara ali, fala: “O que você tá procurando aí?”, “estou procurando a chave da minha casa!”, “Mas você tem certeza que perdeu aí? pois já faz uma meia hora que você está procurando!”, e ele responde “Não, eu perdi na esquina, mas lá tá escuro, e aqui pelo menos tem o poste iluminando!”.

[76:30](#) Tem esse problema, a gente tem dificuldade de formular o processo diante da novidade, diante do caráter revolucionário até do exercício que se faz, a gente faz o que tem pra ofertar. E o nosso grande desafio hoje é inventar novas ofertas, criar novas ofertas, criar novas ideias, descobrir como é que a gente pode ofertar. E acho que a direção dessas ofertas, e isso tenho claro com a linha geral hoje para atuação dos psicólogos nas políticas públicas, é reconhecer que em cada cidadão existe um sujeito. Não dá pra “tratorar”, para passar por cima, e não dá pra querer prescrever sem conversar com o sujeito e tentar perceber como é que ele está percebendo o que você está propondo pra ele. Não dá pra impor, não dá pra dar carteirada “eu sou psicólogo, estou dizendo pra você que você tem que parar de fazer isso, você tem que fazer aquilo!”. Não dá pra ser normativo.

[77:43](#) E aí, MDS, precisa tomar cuidado, porque algumas coisas passam não como intenção, mas passam como normativo. E o normativo vem da produtividade, vem desses lugares do “quer fazer, eu faço!”, mas faz de qualquer maneira, achando inclusive que está fazendo o melhor possível, muitas vezes com essa convicção, com esse sentimento forte de que está fazendo o melhor possível.

[78:17](#) Então nós precisamos tomar cuidado com essa dimensão e perceber que a cidadania pressupõe o respeito a essa condição de que cada sujeito é um cidadão. E significa que ele tem afeto, sentimentos e que se isso não for levado em consideração, não vai funcionar. Ele não é alvo, ele não é meta, não é cliente, não é usuário, ele é um sujeito que se eu quiser saber eu tenho que escutá-lo. Essa parte até eu acho que meus colegas psicólogos, nós até temos uma tendência a escutar, o problema é o que a gente escuta e o que a gente faz com o que escuta.

[78:54](#) E aí tem um problema porque a gente escuta muita demanda, muita falta, muita pobreza, e às vezes a gente não escuta recurso, potência, criatividade, a gente não escuta essa parte. A gente já tem esse preconceito, só falta, só carência, só negatividade. Como o MDS disse que vai implantar isso nos lugares mais críticos do ponto de vista da vulnerabilidade social, a ideia é que está de fato indo para o lugar mais pobre, pobre do ponto de vista material.

[79:49](#) Mas aquela gente existia sem a gente, e aquela gente tem uma sabedoria sobre a sua existência que nós precisamos recuperar como matéria do nosso trabalho, nós precisamos escutar essa dimensão. O outro ponto de sustentação num trabalho seria exatamente a aposta no conceito de que não existe trabalho de psicólogo em políticas públicas que possa prescindir do conceito de laço social. Laço social, a ideia de que as pessoas estão para mais ou para menos presas à trama da vida pelo conjunto dos laços sociais que produzem o seu reconhecimento como sujeito.

[80:42](#) Axel Honneth, que é um desses autores interessantes da sociologia com a qual eu tenho trabalhado, ele tem “A luta pelo reconhecimento: a gramática dos conflitos sociais contemporâneos”. O tema do reconhecimento, o tema do ser gente diante do Estado, diante do técnico, diante do serviço, o tema de ser reconhecido como um sujeito por outro que é igual nessa mesma condição, é um tema fundamental para pensar o tema do laço social, de como a gente constrói trabalhos, que aí não é “modinha C&A”, é um por um, é tecitura.

[81:30](#) O tema da produtividade bate aí, porque eu não posso, nós temos que equacionar isso. Os programas são muito complexos e a gente precisa de tempo para conversar com as pessoas, para investigar, averiguar, para articular, para tramar como é que a gente inscreve. Óbvio, tem a dimensão da institucionalidade dos programas, tem que operar, a política tem que ter suas definições claras, de preferência que o resto funcione. Porque também está complicado isso, o psicólogo até tem lá uma compreensão, mas o conjunto dos recursos que estão organizados, do ponto de vista da rede, da parte que diz respeito (acabei de dizer pra vocês que tem uma parte que diz respeito a respeitar essa comunidade e perceber essa comunidade como potencialidade, como recursos intrínsecos que ali estão e nós precisamos percebê-los e poder utiliza-los para que aqueles sujeitos se auto promovam, e não nós nos promovamos, mas que eles se auto promovam).

[82:46](#) Eu fui ontem na feira do MDA, na feira da agricultura familiar, fantástico como iniciativa! Fantástico de iniciativa de visibilidade, para a economia invisível do Brasil, a feira do Brasil contemporâneo. Mais de 800 expositores, coisas preciosíssimas, sofisticadíssimas, do ponto de vista de alimentos orgânicos, de trabalhos criativos com as matérias, do ponto de vista ambiental, cuidados, produções com cuidados ambientais. É uma economia invisível, das famílias, da agricultura familiar. Esse país sempre fez política agrícola, para o agronegócio, para exportação. Então era a primeira vez, como espécie de contraface dessa política, que nós estamos falando aqui de assistência social, nós estamos tendo uma política do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que efetivamente tem oferecido a essas populações um conjunto de recursos e essa feira mostra.

[83:56](#) Se o governo faz a sua parte de oferecer os recursos, os suportes, efetivamente as pessoas fazem acontecer. Agora, óbvio, que esse fazer acontecer em cada projeto daquele, encontravam as assessorias técnicas, a escuta respeitosa e cuidadosa da autonomia daqueles grupos produtivos, o processo de empoderamento daquelas próprias comunidades. Com isso estou querendo dizer pra vocês, o tema do laço social, nós não precisamos inventar; ele está presente na Reforma Psiquiátrica, na Conferência de Economia solidária, formas diferentes de produzir, está presente na feira de agricultura familiar do MDA.

[84:41](#) Estou chamando atenção porque estou me dirigindo aos meus colegas psicólogos, que o tema do laço social é um tema que articula exatamente subjetividades e objetividades sociais. É aí que a gente encontra a ponte entre o

que é sentimento, afeto, modos de perceber e a gente encontra práticas sociais, formas de organização, institucionalização dos poderes, das relações no interior das comunidades. E aí eu acredito que nós tenhamos uma matéria muito fértil para acontecer.

[85:16](#) Bem, com isso espero ter trazido pra vocês elementos, não tive a intenção de causar polêmica e nem de não causar polêmica, fui muito livre no meu dizer, e espero ter trazido pra vocês algumas contribuições pra gente pensar essa coisa tão rica, tão importante que está acontecendo na história da psicologia brasileira, está acontecendo na história da assistência do desenvolvimento social, da assistência social brasileira e que a gente possa aproveitar esse momento. E que os meus colegas psicólogos e minhas colegas assistentes sociais, mas sobretudo meus colegas psicólogos, possam ter consciência de que o SUAS e o CRAS não existem porque existem psicólogos, não é para nós, que o SUAS foi feito para nos dar emprego, trabalho. O SUAS e o CRAS foram feitos porque existe um nível de miserabilidade, de vulnerabilidade que é inaceitável para qualquer nação que queria ser chamada de nação civilizada.

[86:33](#) O esforço não é esforço do Lula, do governo, do MDS. Nós temos que entender que essa é uma oportunidade histórica que nós possamos romper essa distância que separa as nossas classes sociais desses grupos, romper os nossos preconceitos que muitas vezes nos impedem de estar em contato autêntico com essas populações, não burocrático, e rompendo com essas dimensões nós possamos ajudar a construir a cidadania do país. E que nós possamos nos orgulhar depois, como categoria profissional dos psicólogos, de um capítulo na nossa história que se chama: como os psicólogos brasileiros fizeram a diferença e ajudaram a construir a superação da miséria, da desigualdade e da vulnerabilidade de tantos brasileiros.